O modelo historiográfico do Barão de Studart

JOÃO ALFREDO MONTENEGRO(*)

Preliminares

O tema em epígrafe exige de imediato algumas considerações.

Primeiramente, o grande cearense demonstrou ser portador de uma vocação inequívoca: a de documentalista.

A historiografia que praticou é conseqüência necessária do vasto levantamento de documentos que empreendeu, possibilitando-a em termos científicos, de acordo com os melhores critérios de veracidade, de autenticidade.

O seu zelo pelas coisas do Ceará levou-o à Europa, de onde trouxe uma massa considerável de documentos, muitos dos quais, constituindo a coleção Studart, ainda se conservam em bom estado, malgrado as intempéries sofridas, permanecendo à disposição dos pesquisadores.

Afirma José Honório Rodrigues:

> *"Sua (do Barão) metodologia era relativamente apurada. Pesquisador incansável, bom editor de documentos, com respeito à integridade, autenticidade, trabalhador incansável com suas monografias e ensaios o Barão de Studart é um modelo, o mais alto, que produziu a historiografia estadual no Brasil".*[1]

Com efeito, efetuou rígido enlace entre narrativa histórica e documentação, entre escritos históricos e fontes primárias, instituindo na sua terra natal, mais precisamente no Instituto do Ceará, o lugar privilegiado da produção historiográfica entre nós.

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

[1] A Historiografia Cearense na Revista do Instituto do Ceará, *in*: Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, p. 35.

E o fez dando a este lugar as condições proclamadas pelo historiador francês Michel de Certeau, segundo as quais "toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de estudo ou de ensino, uma categoria de letrados etc."[2]

Na verdade, com o Barão fica suplantada a fase empírica ou não devidamente cuidada da História do Ceará, ou aquela em que as fontes não se encontram ainda organizadas, demandando do historiador um esforço quase sobre-humano de colheita de dados comprobatórios de suas assertivas.

Por isso, em todos aqueles que o precederam na tarefa de auscultar o passado cearense persistiram erros inúmeros de apreciações dos acontecimentos, impedindo até que chegassem a uma abordagem mais abrangente do horizonte histórico.

Mesmo em Tristão de Alencar Araripe, cuja elaboração atinge certo grau de precisão histórica, nota-se essa falha, condicionando negativamente o exame mais seguro de um passado desanuviado de dúvidas paralizantes de sua melhor apreciação.

O lugar, que se poderia qualificar de institucional, nos métodos, no universo de interesses, na guarda e no manuseio dos documentos, na política arquivística, na visão do mundo do historiador, no nível de interpretação que veicula, representa, na verdade, a infra-estrutura de trabalho cuja organização exerce considerável pressão sobre diversas categorias de investigadores, de cientistas sociais, concitando-os a seguirem tendências já firmadas ou a apostarem numa renovação de perspectivas, mercê de debate amadurecido. Ou até mesmo a plantarem as sementes de uma orientação fundadora.

Às vezes, o lugar institucional tem suas fronteiras geográficas ultrapassadas, aproveitando o que se construiu de sólido, de original, alhures.

Nesse último caso, situa-se evidentemente o Instituto do Ceará.

[2] A operação histórica, *in* Jacques Le Goff e Pierre Nora, História: novos problemas, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1976, p. 18.

Antes mesmo de sua fundação, em 1887, chegava até aqui os ecos da renovação da pesquisa histórica intentada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cuja criação data de 1839.

Este último surge precisamente no intervalo que medeia entre a sua fundação e a do Instituto do Ceará, como se vê.

Um intervalo, portanto, de 48 anos durante o qual aqueles ecos encontraram respostas palpáveis e valiosas.

No que concerne à terra de Alencar, destaca-se nessa direção a *História da Província do Ceará*, cuja primeira edição, a da Tipografia do jornal do Comércio, do Recife, é de 1867.

Em se tratando de obra pioneira na reconstituição sistemática da História do Ceará, ela faz aflorar em suas páginas a base da cientificidade de um campo de estudos, logo mais se fortalecendo na então província, tornando-se o marco inicial de outras pesquisas mais bem fundamentadas da historiografia cearense.[3]

Tristão de A. Araripe e as teses do I.H.G.B

O nome de Tristão de Alencar Araripe vem à liça justamente para melhor esclarecer o percurso da influência exercida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a posição teórico-metodológica de outro historiador, o Barão de Studart, o objeto maior deste ensaio.

O primeiro se deixa envolver inteiramente pelo discurso liberal daquele instituto, com fortes tintas românticas.

Recebe vigorosa influência do projeto historiográfico de Carlos Frederico de Martius, um dos solicitados pelo I.H.G.B., empenhado no levantamento de diretrizes básicas para a composição de uma História do Brasil que respondesse, tanto quanto possível, aos objetivos de construção de nossa identidade nacional, ainda sombreada e sem contornos definidos, após 4 séculos de período colonial, cuja formação étnico-sócio-cultural, econô-

[3] João Alfredo de S. Montenegro, A Historiografia Liberal de Tristão de Alencar Araripe, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1998, p. 39.

mica e política, precisava ser largamente pesquisada para se abrirem conscientemente estradas para um futuro que completasse o processo de independência política.[4]

É bem notório o influxo das idéias de Martius sobre Tristão, absorvendo de todo a sua orientação a respeito das três raças presentes na formação brasileira.

Aí o historiador cearense admite a tese da "superioridade" do português sobre o negro e o índio, veiculada por aquele, e antecipando a prevalência da civilização lusa sobre os elementos incipientes das culturas indígenas e negras. O que é fortemente comentado nas páginas da *História da Província do Ceará.*

Trata-se de uma postura francamente ideológica que, embora louvasse a integração das três raças, não abdicava daquela superioridade, desconhecendo o caráter dinâmico étnico-cultural, formando um bloco unitário de valores, de práticas sociais, de procedimentos econômicos, no que se poderia chamar de integração dialética, a anular, no decurso do tempo, a prevalência autônoma desta ou daquela etnia.

É de se reter que a concepção em exame de Martius, prolatando a dita superioridade da etnia portuguesa, se explica em decorrência da então ainda não efetivada integração social das outras etinias, determinando a ascendência do lugar social dos colonizadores, detentores dos critérios da moral à qual se associam valores religiosos, monárquico-absolutistas, a pesada estrutura de poder por eles montada.

Fala Martius de uma historiografia *pragmática*, de extração positivista, de funda repercussão nos escritos históricos entre nós.

A *Historiografia Filosófica do Brasil* a que se alude casa com o Iluminismo, este mitigado em suas teses libertárias, exprimindo um intelectualismo com vistas à reorganização da sociedade.

Transparece, nesse entendimento, a Razão feita ideologia, serviço da melhor integração entre o Estado e a Sociedade, consubstanciando um projeto de identidade nacional em que aquela

[4] João Alfredo de S. Montenegro, ob. cit., p. 57.

Razão se debilita no factualismo, ao não ensejar a exegese fecunda dos fatos, ao sobrepairar as realidades concretas da nação, ao procriar novos entes de densa significação moral, de profundas raízes autoritárias, elitistas.

É curioso registrar que o Positivismo, por essa ocasião, ainda não dispunha do adensamento e da influência necessários a impor um modelo integral à historiografia nacional. O que só se daria algumas décadas após com a obra de Varnhagen.

Desse diz Celso Vieira que "com ele principia a idade de ferro da História do Brasil!". E também que "até Varnhagen, e ainda um pouco depois do seu trabalho máximo (*História Geral do Brasil*), a idéia unificadora da História do Brasil é uma idéia estrangeira.[5]

Veja-se, no âmago desta questão, uma comunidade ideológica, salientemente conservadora, tendo a respaldá-la um Liberalismo pouco dinâmico, sem autonomia completa.

Naquela comunidade ideológica, repousam as bases de uma Tradição, de uma Ordem, que não deveria ser contestada ou rejeitada, mantendo as velhas estruturas de poder, agora modernizadas através do Liberalismo de tendência conservadora, e cujo braço econômico realizaria o progresso. Progresso, portanto, condicionado por aquela ordem.

Por isso, é mister estar atento ao fato de que Liberalismo e Positivismo formam um só corpo, e que este último representa um aperfeiçoamento do primeiro, respondendo à expansão do materialismo."[6]

Assim, de sábios membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro iam sendo editadas teses vitais para a estruturação da historiografia brasileira.

E todas elas permeadas pelo historicismo, gerador por excelência de densa fundamentação valorativa e de um modelo historiográfico quase de todo uniforme que a refletia.

---

[5] Varnhagen, O Homem e a Obra, Rio de Janeiro, Álvaro Pinto Editor, 1923, p. 18.

[6] Ver o alongamento filosófico-ideológico do século XIX, em *Militares & Civis: A Ética e o Compromisso*, de Paulo Mercadante, Rio, Zahar, 1978, p. 91.

Afirma-o competentemente o historiador Arno Wehling:

> *"O historicismo foi a influência intelectual mais importante nas origens do Instituto Histórico, dando coerência interna aos discursos dos fundadores e articulação ideológica e institucional às condições políticas dominantes no período: afirmação conservadora e defesa da unidade política do país e de seu modelo de governo."*[7]

Nessa orientação, a base documental dos acontecimentos impunha-se rigidamente, como a fonte de onde hauridos os julgamentos dos historiadores, colados ora mais, ora menos, ao espaço dos dados por ela oferecidos.

A raiz positivista/naturalista desse entendimento determinava que a explicação dos fatos históricos seguisse os procedimentos da ciência natural no tocante à coisificação daqueles fatos, obstando a sua inserção em grandes blocos interpretativos, no contexto de relações sociais entretecidas por fatores estruturais, projetando mais luz sobre as conjunturas, sobre os eventos.

Pesava, portanto, o individualismo conduzido por uma postura psicológica simplista, quase de todo impressionista, retirando dos episódios apenas a sua manifestação exterior e projetada das características culturais de cada "comunidade de língua, religião, tradições e costumes."[8]

Como visto, o Estado oferece-se como uma unidade política sob o desempenho do qual se configura propriamente o território da história.

Representa ele a força-diretriz da ação histórica, justificando a tese de que, nos países em formação, apresenta-se como entidade maior e praticamente autônoma, concentrando a dinâmica da iniciativa protagonística e modificadora de situações de larga abrangência.

---

[7] Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, p. 35.

[8] Idem, p. 129.

Por conseguinte, o princípio unificador por excelência da marcha da história naqueles países.

Nessa concepção, o historiador assume a condição de um agente do Estado, com ele comprometido na tarefa de organizar a nação, política e administrativamente, a fim de que os negócios da economia, da vida social e da cultura se desenvolvam de forma equilibrada e progressiva e sem atropelos para a revitalização pretendida.

Ordem conservadora que faz dos documentos públicos a fonte de maior credibilidade, de autenticidade, dada a aura sagrada que reveste as autoridades governamentais, malgrado o poder paralelo da crítica histórica, limpando-os de "inverdades", de incorreções de vária espécie.

Em outros termos, o poder constituinte ou instituinte dos agentes públicos compõe a instância privilegiada de emissão da verdade histórica, reforçando a força concentradora do Estado, atribuindo-lhe novos recursos de autoridade, de controle social. E num ritmo de disciplina que mantém a estrutura documental coerente com os eventos em apreciação.

Comporta-se, assim, o historiador, como um juiz que sentencia preso aos critérios diretores daquela ordem conservadora.

Diz Paul Veyne que "l'histoire est connaissance par documents. Aussi, la narration historique se aussi place-t-elle au-delá de tous les documents, puisqu'aucun d'eux ne peutêtre l'événement, elle n'est pas photomontagne documentaire et ne un fait pas voir le passé en direct, comme si vous y étiez; pour reprendre l'utile distinction de G. Genette, elle est *diegesis* et non *mimesis*.[9]

Vale dizer: não se escreve história sem documentos, a sua fonte primordial.

Mas a narrativa histórica vai além dos documentos, ao pinçar o universo semiológico/semântico, o quadro de referenciais que deles dimana, adquirindo perspectivas incontáveis, abrindo ave-

[9] Comment On Ecrit L'Histoire, Paris ou Seuil, 1971, p. 15.

nidas por onde corre o ganho hermenêutico, estruturando o diálogo amplo com os homens, com as comunidades, enriquecidos com alternâncias sócio-culturais e materiais.

De sorte que, à medida que aumenta aquele ganho hermenêutico, mais crescem as possibilidades de vida.

Precisamente porque, ao incrementar aquele diálogo a convivência humana, revigora a intersubjetividade, categoria ontológica que põe à mostra a nota maior da historicidade.

Sem esta devidamente presentificada, a história se torna palco de um tempo indigente, de temporalidades pouco ou nada indo além do vazio próprio das sociedades travejadas pela atonia, pela inércia conservadora, barrando a *práxis* renovadora das elites protagonísticas.

Nessas condições, o culto idolátrico do documento tende a aplicar um golpe de morte na historiografia, abalando as suas potencialidades concretas e contribuindo para o atraso social.

Nessa hipótese, cultiva forçosamente o individualismo e, tendo em mente os condicionamentos atuais impostos pela globalização, caminha para uma perigosa cristalização.

Individualismo motivado pelo ato solitário de pesquisar um passado desatrelado das necessidades do presente, desvendando nas raízes desse passado os sinais gloriosos de uma continuidade histórica que cumpre preservar a todo custo.

Assim, as descontinuidades são vistas do ângulo de uma heterodoxia malsinada, perturbadora do equilíbrio social. Revoluções, sedições e coisas desse tipo constituem um desvio perigoso do projeto nacional e nem sequer analisadas por corifeus da historiografia conservadora. E quando o são não recebem atenção demorada.

Então, o individualismo nesse campo é ao mesmo tempo causa e conseqüência de uma postura ideológica que impede o desenvolvimento de uma rica intersubjetividade a favorecer um trabalho coletivo que engaje todos os segmentos sociais num projeto de mudanças significativas para o país, para a região.

O tradicionalista católico

Essas considerações se fazem imperativas para melhor situar o modelo historiográfico do Barão de Studart.

E é de se começar pelo *lugar*, pelas circunstâncias históricas em que viveu.

Lugar esse sofrendo limitações de toda ordem, econômica, política, social, cultural, suscitando a inclinação para o cultivo dos valores tradicionais, para a aceitação do já feito.

Tal motivou o que José Aurélio Câmara denominou "a concepção estática de Studart, a consideração *do que é e não do que devia ser*, a aceitação do *fato em si*".[10]

Subjacente a essa idéia, perdura a concepção tradicionalista/conservadora, segundo a qual já plantada a semente de uma árvore que só resta agora produzir frutos.

Os fatos fundadores do passado se revelam com espessura maior no presente e mais ainda no futuro, na continuidade a que se amarra o historicismo.

Não há aí propriamente mudanças estruturais, mas o prolongamento de um fio condutor que não renuncia jamais à qualidade de energia que transporta, apenas graduando a sua voltagem.

Nessas condições, emerge com vigor na obra histórica do Barão de Studart, privilegiada valorização do passado, seguindo os passos dos arautos da comunidade ideológica da ordem, formada por liberais conservadores e por tradicionalistas.

Ao redor do "círculo católico", de Fortaleza, criado em 1913 e com existência até o ano de 1922, reuniram-se personalidades de vulto da intelectualidade cearense, entre os quais o Barão.

Trata-se de um sodalício que pratica uma inflexão na dominante diretriz tradicionalista católica, sob a gestão episcopal de D. Manuel da Silva Gomes, "tendo como programa o saneamento moral e o revigoramento religioso da sociedade."

[10] Capistrano e o Barão, *in*: Revista do Instituto do Ceará, tomo Especial, 1956, 1º. Centenário do Barão de Studart, p. 186.

Sobressaíam agora novos parâmetros filosóficos e pastorais do Catolicismo e incorporados em movimentos sócio-religiosos que alcançaram prestígio nos anos 30.

Nota-se que a entidade coincidentemente encerrava as suas atividades num ano limite, 1922, aquele que daria início a um novo ciclo na mentalidade brasileira, e em que o Catolicismo abrir-se-ia para outra etapa social.

Tinha-se a esta altura uma face nova do Tradicionalismo católico, exibindo os traços marcantes da "civilização cristã", e sob o pálio refulgente de uma estrutura valorativa acumulada e rica, assinalando, entre outras coisas, posições éticas e ideológicas.

Tradicionalismo esse que proporcionava orientações no campo da historiografia cearense, àquela altura já apresentando apreciável produção através das pesquisas do Barão de Studart, de Paulino Nogueira, de Antônio Bezerra e de outros.[11]

O primeiro jamais tergiversou na difusão do ideal religioso, ao exercitar o múnus de historiador.

Que o diga Escragnole Dória:

> *"No cérebro e no coração de Studart a ciência e a religião hão de lutar para abrir espaço, dominador aquele cérebro e aquele coração pelo culto da história cearense."*[12]

É o mesmo Studart quem, em artigo, no final da década de 1890, estava a exaltar a obra da Companhia de Jesus, no sentido da preservação das "velhas tradições", dando combate sem trégua à apostasia travestida de modernidade.[13]

Está-se em momento de franco retorno da ternura religiosa, de parceria com o *tonus* apologético.

Algo que expressa a presença do Romantismo, potenciando os vôos da imaginação no afã de justificar a dogmática, a vida sacramental, o exercício da caridade presidido pelos valores assisten-

[11] João Alfredo de S. Montenegro. O trono e o altar: as vicissitudes do tradicionalismo no Ceará (1817-1978), Fortaleza, BNB, 1992, p. 129-130.

[12] Um beneditino da História. *In:* Almanaque do Ceará, 1899, p. 132-33.

[13] O jesuíta Antônio Vieira. *In:* Revista da Academia Cearense, t. 2, 1897, p. 72.

cialistas, pelo projeto de conciliação dos segmentos sociais, prevenindo a ação nefasta dos conflitos: o Barão sofre o fascínio de Vicente de Paulo, o santo que venera com especial atenção. Tanto que chega a desempenhar atividades de relevo nas conferências vicentinas de Fortaleza, galgando a presidência do Conselho Central delas.

Às vezes o discurso do Barão toma forte acento panfletário, estratégia discursiva a que se apega todas às vezes que dá prioridade ao tom apologético, ao reafirmar o monolitismo da dogmática católica face à nova filosofia secularizante que irrompera com forte ímpeto no mundo ocidental.

Nessa ordem de idéias, e tomando por ponto de referência o livro de Ozanan "Reflexos sobre a Doutrina de Saint-Simon", inclina-se claramente neste aspecto pelo Tradicionalismo de Chateaubriand, Lamennais, De Maistre, De Bonald, para ficar nos mais eminentes pensadores desse ramo ideológico.

É quando o jovem escritor francês assenta as primícias de uma reflexão de caráter apologético, que mais tarde desenvolveria com brilho, segundo Studart.

Trata-se de uma direção axiológica do Catolicismo que empolgava conhecidos escritores e publicistas brasileiros do período, tais como: Carlos de Laet, Ramiz Galvão, Afonso Celso, Lacerda de Almeida, Escragnole, Taunay e outros mais.

Uma direção que será encampada tranqüilamente pelo "Círculo Católico" de Fortaleza, numa unidade perfeita de pontos de vista.

Há um trecho da oração do historiador cearense que resume a filosofia aí embutida, e que alicerçaria a missão da Sociedade S. Vicente de Paulo, tendo à frente Frederico Ozanan:

> *"Esse eloqüente apelo de Ozanan à mocidade francesa, eu o endereço à mocidade de minha terra, a que perfeitamente se ajusta. Sim, moços do Ceará, sede obreiros das nossas esperanças; bani o triste respeito humano, que a tantos encadeia e imobiliza; olhos fitos na imagem da Pátria e Coração voltado para Deus, levantai alto a bandeira do apostolado Cristão; pondevos na vanguarda do movimento contra o vício, que se mascara com os atavios da civilização, contra o erro, que se disfarça*

> *em Ciência, movei guerra à hipocrisia e ao egoísmo, aos ídolos, às divindades ante as quais genuflecte e prosterna-se o mundo moderno; empreendei, numa palavra, a conquista das almas para Cristo."*[14]

Aí se consubstancia, na realidade, um programa de regeneração que se situa na confluência de um crescimento pessoal e de um processo civilizatório, assistidos moral e religiosamente.

O objetivo maior é, através de ascese, da purificação espiritual, correlativamente adensada na postura ética, individual e socialmente exteriorizada, a realização objetiva de uma Cristandade. Esta tem nos pólos nacionais a mediação irrecusável do binômio Deus e Pátria, consoante reiterada manifestação Tradicionalista, e que se presta a emblema de um verdadeiro culto, quer positivista, quer católico.

Nisso tudo vai crítica cerrada ao cientificismo, ao modernismo que o justifica, inaugurando o reino da indiferença religiosa, o mundo sem Deus, fomentando ídolos para substituí-lo.

De sorte que essa postura Tradicionalista se bate pela restauração da concepção religiosa da vida, alcançando a tudo e a todos: as pessoas, as instituições, a sociedade, a civilização, a cultura, numa urdidura integrista.

Prevalece, nesse entendimento, uma doutrina de caridade francamente assistencialista, a se arrimar no "princípio da amizade verdadeira", na expressão de Studart, com ele se confundindo.

Algo que se orienta prevalecentemente para a dimensão exterior, dando às obras um significado superlativo. E por efeito do caráter objetivista do Tradicionalismo, voltado para a articulação da dogmática no corpo sócio-cultural, numa manobra de sobreimposição, grandemente artificial. O que sofreia de muito o livre jogo das forças sociais, a criatividade dos segmentos sociais desassistidos, ensejando entre eles movimentos autônomos em direção às conquistas de benefícios, a patamares mais elevados de vida.

---

[14] Ozanan, Frederico. Alocução proferida no Tribunal do Conselho Central e na Assembléia a 27 de abril de 1913, p. 7.

Assim sendo, o dom sobrenatural da caridade se esvazia sobremodo, restando, com a continuidade, história, o produto petrificado de uma assistência individualizada e *a latere* da dinâmica social. O que se compadece à maravilha com a religiosidade distilada pelo mesmo Tradicionalismo, que falha no exercício da integração das virtudes teologais (fé, esperança e caridade), ao dissipar os horizontes franqueados pelo Cristianismo, e lastreados com vigor numa profunda conversão interior, numa experiência rica de fé, numa elevação da Consciência, que leva ao cumprimento do "vós sois deuses".

Há uma conferência do Barão que explicita melhor o pensamento que expôs no "Círculo Católico".

Tem por título: *Jesuístas e Jesuitismo* e data de 24 de abril de 1914, edição da tipografia Minerva do mesmo ano.

De início, afirma que elegeu um tema prático, sem intuitos de especulação, visando "resultado real e imediato". O que, aliás, dá a medida de uma tendência, de um pendor intelectual, que dele faria o historiador pragmático, o documentalista eficiente e organizado, rastreando e compilando fontes.

A própria narrativa que constrói é colada a essas fontes, e estrategicamente orientada para o ordenamento operacional da formação do Ceará.

Assim, não seria de sua índole o exercício interpretativo, o aprofundamento de teses, preferindo divulgá-las.

Tal se casa perfeitamente com a postura tradicionalista que adotou à qual incorporado o Positivismo Rankeano.

Aí se estrutura um bloco ideológico monolítico, com o qual trabalha denodadamente, intentando situar as construções perenes do passado, empreendendo a defesa intransigente das verdades que lhe são imanentes.

Por isso, a narrativa é enxuta e direta, retida a composição sintagmática nos limites rigorosos do Catolicismo Tradicionalista.

E o propósito e a metodologia do Barão são perfilhados pelo "Círculo Católico", que lhe imprime o rigor teológico exigido por uma Igreja sequiosa por afirmação, por autenticidade que se

confunde com a retomada vigorosa da Tradição e contra o crescente secularismo.

A Igreja enfeixava um monolitismo teológico-filosófico assentado numa postura autoritária, excluindo qualquer possibilidade de diálogo, engendrando pesado antagonismo com as filosofias discrepantes.

Daí a origem da "Cruzada" contra todos os *ismos* que lutavam para abrir caminho num terreno minado pelo confessionalismo, pelos valores, institutos e práticas de ordem feudal-monárquica, e que remanesciam na República.

Studart, nesta linha, se queixa dos ataques solertes endereçados à Igreja, tachando-os de calúnias e denegadores da verdade histórica.

Esta aí está com toda a sua força, profusamente documentada, desmentindo os acusadores.

E a Companhia de Jesus, obra de Inácio de Loiola, veio com uma destinação superior: defender essa verdade histórica, travando o bom combate contra o filosofismo, contra os frutos da Reforma.

Uma ordem religiosa concebida sob santas inspirações, cujos membros vão ao extremo sacrifício de si próprios em defesa da integridade da fé.

O filosofismo prosperava no século XVI, proclamando aos quatro ventos a decadência senão a morte da crença religiosa.

De seu lado, o protestantismo nascente, filho da soberba e lascívia, abria os jogos de todas as suas cóleras, golpeava fundo o coração da Igreja.

"Ao toc-sim do livre exame e da livre interpretação dos trechos sagrados surgiam bulcões minazes, desencadeavam-se tempestades de cóleras e revoltas pregando guerra às tradições e aos costumes, a cujo calor nascera e se nutria o mundo civilizado."[15]

Vê-se que se trata de uma visão difundida pelo Catolicismo tradicionalista, atribuindo ao Protestantismo causas geradas num comportamento desviante, não edificado e até imoral, a patroci-

[15] Studart, (Barão), Jesuítas e Jesuitismo, p. 5.

nar interpretações livres da Sagrada Escritura, fugindo à linguagem do Espírito Santo, tão-somente alcançada pela Igreja, guardiã dos carismas.

Daí nascer a divisão, brotar o ódio contra o Sumo Pontífice, contra o depósito sagrado zelosamente velado pela Igreja ao longo dos séculos.

Lutero é o apóstata que extravasa ódio e injúria contra Roma, desafiando-a insolentemente.

Tudo o que ele prega em itinerários agitados pela Europa, constitui "teorias errôneas, blasfêmias, sanguinárias" em meio à terrível guerra religiosa.

A Alemanha era o foco da rebeldia, onde lavrava o incêndio que ameaçava consumir a todos.

Assim, a heresia prosperava perigosamente, agradando às consciências tocadas pela dúvida crucial e às multidões sequiosas de novidade, "de gozos materiais que novas idéias lhes prometiam e asseguravam".

Observe-se que essa orientação e prática heresiarcas produziam funda ruptura com a Tradição Católica, afrontando-lhe os valores e uma contextura institucional de vários séculos. E em intimidade com a Revolução econômica que irrompia, pejada de diretrizes secularizantes, o que basta para se admitir o seguinte: o que estava em jogo com a Reforma, não era apenas a Tradição Católica, mas a Tradição em geral.

Isto é: os fundamentos religiosos da antiga ordem e ela própria.

É importante reter isso em mente. No discurso Tradicionalista, considerando que o elemento civilizatório está quase sempre presente na armação religiosa, ele se apresenta como um denso bloco, apontando para várias direções com vistas no privilegiamento ou no retorno do passado, ou vestindo a roupagem do Conservadorismo, com o qual tantas vezes se confunde, a serviço do *status quo*.

Vem daí a facilidade com que o Tradicionalismo se presentifica de forma substancial no projeto de uma Cristandade. O que toca de perto a uma Igreja que, além da missão propriamente espiritual, toma a seu cargo misteres de natureza temporal, tor-

nando-se uma agência sócio-educativa e moral, exercendo uma saliente função cultural.

E de um modo tal que a sua identidade se faz protuberantemente mercê do Racionalismo sobrenaturalista de que se nutre, sobrepairando às circunstâncias de fato, ao cotidiano complexo, às estruturas de base, ficando numa posição cômoda de quem olha de cima e não tem responsabilidade pelo que acontece de mau, de errado, em baixo.

A Companhia de Jesus é saudada com entusiasmo pelo Barão de Studart e por todos os crentes do Catolicismo Tradicionalista, justamente por vir oferecer formidável apoio ao exclusivismo espiritual, acolitado pelos complementos civilizatórios da Igreja.

É, na verdade, uma milícia preparada para a defesa de um legado multissecular, cercada dos melhores auspícios.

> *"Estava criada a Companhia de Jesus, estava organizada a milícia sagrada, que sob as bênçãos dos Papas iria levar a todos os ângulos da terra a palavra da verdade, dilatando e firmando a influência cristã entre os povos até os mais incultos e os mais longínquos, irá pleitear os legítimos e inalienáveis direitos da Igreja, divulgar a instrução, honrar as letras e a ciência, favorecer a piedade e disposição religiosa dos fieis, guiar e afervorar as nações, na observância das doutrinas e práticas, que tendam e sirvam para maior glória de Deus.* Ad majorem Dei Gloriam".[16]

Sintetiza-se, com efeito, nessa citação, a finalidade de uma ordem religiosa a serviço da conservação da Tradição Católica, e na sua integridade, englobando os segmentos ético-religiosos, filosófico-teológicos e institucionais.

Algo que repercutiria no Brasil, no Ceará, com o testemunho heróico, com o martírio do "Padre Francisco Pinto, sócio e êmulo de Luís Figueira nas façanhas caridosas, na grande empresa da civilização do nômade cearense, o celebrado Palpina, já

[16] Jesuítas e Jesuitismo, pp. 8-9.

ilustre nas nossas festas por haver numa de suas visitas aos índios de Jaguaribe completado com eles as pazes propostas em 1692 por Manoel Mascarenhas e os Padres Diogo Nunes e Gaspar de S. Peres."[17]

Nessas condições, não sobra espaço no entrecho Tradicionalista/Conservador, de corte apologético, abrindo-se para o louvor e exaltação da figura histórica cuja ideologia partilhada entusiasticamente pelo autor, para o juízo sereno e objetivo.

Trata-se de uma estratégia discursiva convergindo para o reforço do passado, quando se armou a sanção triunfal da Tradição original, através de paradigmas exemplares que edificam o(s) destinatário(s) da mensagem, adensando a sua ciência numa ordem de coisas inatacável e definitiva, que recebeu o sinete de Deus e que constitui a meta maior da humanidade.

Uma Tradição original concretizada no âmbito da Igreja romana.

Orientação historiográfica

Alimenta, por conseguinte, um discurso de funda densidade Tradicionalista/Conservadora o Barão de Studart, ao se deter na avaliação de um passado glorificado pela ação da Igreja, de seus missionários, oferecendo inestimável contribuição à formação do Brasil, mais particularmente do Ceará.

Configura-se aí um perfil ideológico bastante espesso, sobrepondo-se à análise fria do historiador, e em articulação com aquele Racionalismo sobrenaturalista de que se cuidou acima, obstando uma linha interpretativa mais colada aos fatos, às conjunturas.

Assim, nos escritos históricos que produziu, compõe-se uma categoria específica, abrangendo também referências ao Estado, à Civilização, à Sociedade, a homens protagonísticos.

Uma categoria que permanece ao lado de outra, que enforma o aspecto mais positivo de seu desempenho de historiador.

[17] Jesuítas e Jesuitismo, pp. 12-13.

Este o lado mais conhecido e desenvolvido de uma *performance* duradoura, a se concentrar dominantemente em relatos rigidamente colados aos eventos.

E numa orientação metodológica/epistemológica bastante superficial, porquanto fundada numa *técnica de espelhamento*, de encaminhamento da escritura quase copiando de todos os documentos alinhados, eliminando frontalmente a possibilidade de interpretação.

Daí ter procedência a tese de que o Barão é mais o documentalista do que o historiador.

Com efeito, sabe-se do trabalho predominantemente desenvolvido por ele de ajuntar documentos para se viabilizar uma história do Ceará em bases seguras, evitando juízos e avaliações imprecisos ou errôneos, que viessem a diminuí-la, a prejudicá-la gravemente.

Na verdade, o Barão faz do documento histórico o motivo maior de suas investigações, de seus escritos.

Disse-o com precisão Raimundo Girão:

> *"Centralizou (Studart) as suas locubrações no tirar as dúvidas, controvérsias e erros da história do nosso passado, mediante provas literais inconcusas. A diplomática encontrou nele o mais autêntico cooperador."*[18]

A diplomática, com efeito, constitui o ofício por excelência do notável cearense.

É através dela, através dos cuidados técnicos que mobiliza, que os dados arquivísticos adquirem da juricidade indispensável, atribuindo-lhes o vigor de prova, tanto junto aos tribunais quanto no ofício do historiador.

A sua contribuição é, portanto, fundamental para a autenticidade dos fatos históricos.

Contudo, ela não é absoluta.

[18] O Barão de Studart e a Historiografia Cearense, *in*: Barão de Studart 1° Centenário de nascimento, ob. cit., p. 23.

Primeiro de tudo, não dispensa o auxílio de uma crítica bem fundamentada, a partir de sólidos critérios científicos, fazendo sobressair a condição de "testemunhos históricos" dos documentos.[19]

Em segundo lugar, o texto documental comporta um campo lingüístico deveras restrito, sofrendo as limitações de circunstâncias, principalmente as ditadas pela sua composição, por fatores institucionais.

Isso conduz acentuadamente ao oficialismo, ao privilegiamento do discurso governamental, ao favorecimento de ideologias próprias de estamentos dominantes.

Nessas condições, faz-se imperativo o emprego de uma interpretação inteligente, preferencialmente sociológica, que alcance as grandes motivações e objetivos do texto documental, os referenciais nele implícitos, a articulação intertextual que, a partir dele, pode ser construída.

Ao tomar a documentação como algo já definitivamente feito, confundindo-a por assim dizer com a própria narrativa histórica, renuncia o historiador à sua tarefa propriamente dita e não passa do ofício de documentalista. O que é, em grande parte, o caso do Barão de Studart.

Postura essa tipicamente conservadora. Pois a aceitação quase irrestrista do discurso governamental ou dos agentes do poder público, e expresso na documentação histórica mais utilizada, implica o perfilhamento da ideologia política ali insinuada, a da ordem constituída, esmaecendo o vigor crítico.

E pode-se afirmar que os determinismos que pesam sobre essa metodologia canhestra são oriundos quase de todo do *lugar* no qual atua o historiador.

Na hipótese vertente, avulta o atraso científico do meio, borrifado grandemente pelo autodidatismo, pelo trabalho isolado de alguns pesquisadores, pelo predomínio da escassez de fontes,

[19] Georges Tessier, Diplomatique, *in:* L'Histoire et ses méthodes, sous la direction de Charles Sameran, Paris, Gallimard, 1967, pp. 633-635.

pela sacralização do poder público, tudo concorrendo para a restrição do espaço do investigador.

Aquela sacralização ousava afirmar-se sobranceiramente em virtude do peso do Tradicionalismo que recaiu sobre o Barão, como visto, mais do que qualquer outro historiador de sua geração no Ceará..

Junte-se a isso a sua vocação de documentalista, para mantê-lo mais próximo das fontes oficiais, portanto do poder público, reforçando a sua fé tradicionalista.

Observou-se linhas atrás que Studart não se fixou, como de desejar, na análise mais verticalizada da documentação que recolheu com extraordinária dedicação, ficando em comentários a repetirem a matéria ali encontrada.

Tal é descrito com objetividade na publicação já citada, e alusiva ao 1º. centenário de nascimento do mestre cearense:

> *"O Barão de Studart não conseguiu infelizmente tirar dos seus arquivos todo o proveito imediato que seria possível, malgrado o vulto impressionante da sua obra histórica.*
>
> *Quase se adstrito à exposição nua dos acontecimentos, as suas narrações valem como crônicas bem fundamentadas e ricas, mais avançadas do que as dos seus predecessores.*
>
> *"As divulgações históricas que brotaram como cataduras da sua pena são interessantíssimas pela variedade dos assuntos, pelo ineditismo e surpresa dos episódios e das notícias. Mas os comentários rareiam à míngua de uma visão profunda que vá surpreender e sacar, do âmago do enorme documentário utilizado, acontecimentos embuçados, inferências autorizadas ou mesmo deduções lógicas, mais ou menos imediatas, de modo a esgotar toda a substância do documento."*[20]

Na verdade, perpassa por toda a obra do Barão uma visão das coisas muito próxima da do médico que ele foi. A qual, por

[20] Barão de Studart, 1956, Introdução, pp. s/n.

sinal, imbuída no seu tempo pelo Positivismo, como de resto os outros setores do saber e do fazer humanos.

Positivismo que se fez notório nas teses dos concludentes das Faculdades da Bahia por onde se diplomou em 1878.[21]

Concerne a um modo específico de abordagem dos objetos em análise situados fenomenologicamente.

Isto é: eles são enfocados como sinônimos de *experiências*, significando *fatos conhecidos empiricamente,* na conceituação de Leibniz.[22]

Tem-se aí o que é resultado imediato da consciência, sem o reforço de uma forte racionalidade, sem o suporte de axiomas, princípios ou deduções apropriadas. O que entende imediatamente com a observação em limites primários ou insuficientes.

Conseguintemente, forma-se, na abordagem empírica, o fechamento à análise interpretativa.

É o que acaba se produzindo na história factual, onde o fato é visto no círculo da consciência como dado empírico, cristalizado até, pois insusceptível de compor uma regularidade ou uma ordem lógica sem o emprego do exercício solto da imaginação, manifestação típica, segundo ainda Leibniz, daquele dado empírico ao ser capturado pela consciência.

Assim sendo, o factualismo, ao pretender implementar a seqüência lógica dos fatos, necessariamente se enreda no psicologismo, numa visão meramente psicológica desses mesmos fatos. O que se poderia denominar visão impressionista, justificando toda sorte de imprecisões no levantamento e ordenamento da seqüência histórica, quando não um apanhado fragilizado, limitado, do campo histórico.

Tal a hipótese metodológica/epistemológica dentro da qual se enquadra a historiografia do Barão de Studart.

---

[21] Pinheiro Lima, Jr. Francisco. Idéias filosóficas nas teses de concurso da Faculdade de Medicina da Bahia (séc. XIX), Salvador, 1975, Tese de Concurso (mimeo).

[22] Lalande, André, Vocabulário técnico e crítico de la Filosofia, Verbete *Fenômeno,* Librería "El Ateneo" Editorial, Buenos Aires, 1967, p.

E a preconizada pelo projeto de um Positivismo que, como se observou de início, difere de muito do Positivismo encarnado pelos historiadores fundadores do I.H.G.B. ou por todos os que, no período, revigoraram a proposta liberal.

Um Positivismo que dá elastério mais refinado ao Iluminismo, ao experimentalismo que, desde as descobertas marítimas e fortalecendo-se na gestão do marquês de Pombal, percorre a história de Portugal e a de seus domínios, amadurecendo nestes feitos Estados nacionais, principalmente o Brasil.

Que o digam as produções intelectuais de José Bonifácio e do Visconde de Cairu, para não ir adiante, efetuando a síntese entre a tradição, a ordem feudal-monárquica e a mensagem liberal, no intuito de modernização do país.

Nessa empresa, a tradição, como componente básica do pensamento comteano, se acasala com a que procede do Catolicismo.

Na narrativa do Barão de Studart a tradição é revisitada, conforme examinado, mas sem os complementos liberais.

Daí vem a especificidade de sua obra histórica.

Um Positivismo sem a face liberal.

Em virtude disso, inexiste na dita obra qualquer traço de aferição analítica do aparelho do Estado, das malhas do poder público, solitariamente ou em correlação com os movimentos com as expressões objetivas da sociedade global. O que comum nos historiadores liberais, ao não deixarem sem avaliação eventos ou conjunturas marcantes, especialmente em âmbito nacional.

Estado, Nação e Sociedade estão como que subtendidos nos escritos do Barão.

Transparecem superficialmente como espaço físico ou moral da produção de acontecimentos, espécie de alicerces irremovíveis de um conjunto harmonizado de situações que cumpre apenas descrever e não questionar.

Nessas condições, o passado permanece como uma entidade distante, desimbricado do presente, não bem identificado nas suas linhas mestras.

Os eventos são postos num descritivismo que, de imediato, não enseja a percepção de situações objetivas, de causalidades prioritárias.

Isso é patenteado pelo próprio Barão, que se rende à constatação do seu papel de documentalista.

Ao se ocupar das tentativas de exploração das minas de São José dos Cariris, na segunda metade do século XVIII, escreve:

> *"Com estas linhas, que encerram simples e rigorosa exposição para trabalhos de crescido fôlego, forneço os elementos para crônicas e estudos históricos de maior valia; publicando em extenso ou fragmentados interessantes documentos, que em breve estariam perdidos para nossa história, fica-me o prazer de haver aberto nos campos obscuros da crônica vereda a mais competentes caminhadores e de ter colaborado uma vez mais para o esclarecimento de pontos ignorados do passado da terra, que estremeço."*[23]

É certo que, em outros textos de sua autoria, muda um tanto a avaliação do alcance histórico, estando melhormente estruturada a visão dos acontecimentos.

Todavia, isso não altera a preeminência do documentalista.

Veja-se o trabalho em que o Barão faz os resumos cronológico e histórico do governo de Luiz Barba Alardo de Menezes no Ceará de 21-6-1808 a 19-3-1812.

Oferece ele um bom contributo ao conhecimento do comércio e da agricultura, especialmente da cultura do algodão, dando conta da exportação do produto para a Europa.

Reúne também dados sobre a população do Ceará, extraídos dos documentos compulsados. O que serve de excelente embasamento para estudos sobre a história da capitania.[24]

---

[23] Notas para a História do Ceará (Segunda metade do século XVIII) Lisboa, Tipografia do "Recheio", 1892, pp. 9-10.

[24] Revista do Instituto do Ceará, t. XXII, 327-369.

Produziu Studart o que José Honório Rodrigues chama de "magnífico relato do período de governo de José Victoriano Borges da Fonseca (1718-1786), na capitania do Ceará (1765-1781)"[25]

Trata-se de um relato que embasará com segurança análises acerca da história dos conflitos institucionais naquela capitania, dilucidando aspectos interessantes da criminalidade no período.

Tudo acompanhado de documentos primários de relevância.

Merece por igual acurada atenção a descrição do "período de governo de João Batista de Azevedo Coutinho de Montaury no Ceará (11-5-1782 até agosto de 1789)".[26]

Talvez seja este o melhor resumo do gênero, proporcionando uma visão de conjunto da capitania.

Pois vai além do contido na documentação pertinente, contraditando até o julgamento que sobre a gestão de Montaury é emitido por ele próprio, taxando-a de boa.

Afirma o contrário, definindo a mesma gestão como terrivelmente despótica, havendo sido período de "infrene e louco despotismo".

Desautoriza o cálculo da população do Ceará fornecido por Varnhagen, atribuindo ao Ceará 34 mil habitantes, e motivado por restrito levantamento feito pela Igreja.

Em seguida, dá notícia de eventos relacionados com o tráfico de índios, trazendo a lume documentos a respeito.

Focaliza a perseguição movida por Montaury ao escrivão da Fazenda Real, Francisco Bento Maria Targine, posteriormente Visconde de São Lourenço, levando ao seu afastamento do cargo, publicando documentos a respeito. Assim como outros em que são elencados produtos então cultivados.

O açúcar e o trigo destacam-se aí.

Do primeiro registra fábricas de produção em Fortaleza e nos Cariris novos.

[25] Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará, p. 345.

[26] índice anotado da Revista do Instituto do Ceará, p. 346.

São anotações efetuadas juntamente com a publicação dos documentos pertinentes. O que indica segura diretiva heurística, facilitando o alongamento ou a modificação do entendimento do material ali registrado.

E assim vai o Barão acumulando notícias e fatos sobre o período colonial do Ceará, franqueando a possibilidade de ilações inteligentes sobre a economia, a pública administração, a personalidade de homens do governo, o estado de violência, a configuração física da capitania, as missões religiosas, aos índios, a educação, a cultura, a organização da justiça.

Na parte final deste ensaio, pode-se perfeitamente aduzir um vínculo vigoroso entre o pensamento tradicionalista/conservador do Barão de Studart e o amanho exuberante dos fatos por ele particularizados extensamente.

Quando foi mencionada linhas acima a técnica por ele praticada sobre o "que é e não do que devia ser", numa exaltação firme do "fato em si", abriu-se caminho para a ação providencialista da história.

Ao redor do Positivismo Rankeano, alcança vulto as edificações perenes do passado.

A concepção religiosa da vida, que defendeu estremecidamente em vários dos seus escritos, conforme analisado, encontra-se subjacente nos eventos descritos nas fontes que consul tou e que passaram a enriquecer a arquivística cearense.

Essa a sua tese, a qual vivamente reverenciada na sua profissão de fé tradicionalista.

Ele deixou perceber nas entrelinhas a profunda ligação entre os detalhes históricos e um contexto mais amplo, universal.

Por isso, como bom discípulo de Ranke, referendaria deste, por certo, a reflexão segundo a qual "o mundo apresentava sinais de ser governado por um poder espiritual no qual as particularidades da história devem no fim de contas encontrar sua unidade como partes de um todo."[27]

[27] Citado por Hayden White, Meta-História a Imaginação Histórica do Século XIX, São Paulo, 1992, p. 177.

A ascendência do Tradicionalismo se faz aqui notar ao proclamar a presença de um espírito que valorizava a história, vista mais do que um simples espetáculo de "força bruta".[28]

Ela guarda um sentido superior que apenas uma consciência religiosa conseguiria apreender.

Preferiria usar a consciência espiritual como expressão adequada aos portadores de uma compreensão de alto nível de sensibilidade, a transpor os lindes da pura racionalidade, realizando a união mística, o casamento alquímico da alma com Deus.

Uma consciência espiritual que alcançaria plenamente os sinais dos tempos, identificando a marcha providencial da história.

Nessa hipótese, o factualismo recuperaria um significado mais abrangente, promovendo uma articulação mais inteligente entre fatos e valores, redimensionando eficazmente o encontro entre o imanente o transcendente.

Faltou justamente ao Barão intentar essa operação lógico-epistemológica para levar às últimas conseqüências a sua meditação sobre o Tradicionalismo Católico, e num plano de compatibilidade com o factualismo que abraçou.

Então, teria concretizado no âmbito de sua obra uma segura intertextualidade, dentro da qual os dois discursos seriam concluídos numa síntese dotada de maior operacionalidade.

[28] Ibidem, p. 177.